

MÓDULO V

LEI

ORÇAMENTÁRIA ANUAL

LOA



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	V	
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	SEÇÃO	PÁGINA
	ÚNICA	1/5

V – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

(ART. 5º)

O orçamento é um processo contínuo, dinâmico e flexível, que traduz, em termos financeiros, para determinado período, os planos e programas de trabalho, ajustando o ritmo de execução ao fluxo de recursos previstos, de modo a assegurar a liberação contínua e oportuna destes.

Para o mestre Aliomar Baleeiro, orçamento é o *“ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza o Poder Executivo, por certo período e em pormenor, as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei.”*

Ao dispor sobre o projeto de Lei Orçamentária Anual, a LRF ratifica disposições da Constituição, Lei Orgânica local, Lei Federal nº 4.320/64 e inclui novas obrigações.

Assim, os projetos apresentados desde maio de 2000 devem ser compatíveis com PPA, LDO e LRF e conter:

- demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais;
- medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;
- demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de renúncia de receita;
- reserva de contingência para atendimento de passivos e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	V	
	SEÇÃO	PÁGINA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	ÚNICA	2/5

e) todas as despesas relativas às dívidas pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão;

f) demonstrativo de refinanciamento da dívida.

A Lei Orçamentária Anual não poderá conter:

a) crédito com finalidade imprecisa;

b) dotação ilimitada;

c) dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no PPA ou em lei específica que autorize.

A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previstos na LDO ou em legislação específica.

Decisão - TCDF nº 6510/2001

II. reiterar à Secretaria de Fazenda e Planejamento do DF os seguintes termos da Decisão nº 6298/2000: "a) por ocasião da elaboração das próximas propostas orçamentárias, envide esforços no sentido de: a.2) proceder à alocação de recursos aos subtítulos de forma a observar o verdadeiro custo unitário das metas; a.3) evitar o uso de definições genéricas, no que tange ao tratamento dos objetivos e metas, com intuito de viabilizar uma análise mais transparente da execução orçamentária;" (...)

III. determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento que: (...) b.2) publique demonstrativo que explicita a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais da respectiva LDO, de acordo com o art. 5º, inciso I, da LRF; b.3) identifique e quantifique os efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, em relação à receita e à despesa previstas, exigidos pelo art. 165, §6º, da Constituição Federal, bem como apresente as medidas de compensação às renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme determina o art. 5º, inciso II, da LRF;



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	V	
	SEÇÃO	PÁGINA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	ÚNICA	3/5

Decisão - TCDF nº 1632/2002

c) alertar a Secretaria de Fazenda e Planejamento: c.1) de que a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF torna imperiosa a elaboração de orçamentos em patamares bem reais, o que requer a utilização de critérios confiáveis na previsão da receita; (...) c.3) da necessidade de utilizar mecanismos confiáveis na identificação dos projetos em andamento quando da elaboração da Orçamento Anual, tendo em vista que a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe a priorização de programas e alocação de recursos no Orçamento para projetos relativos a obras não concluídas em exercícios anteriores;

Decisão - TCDF nº 3353/2002

II. determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal que (...):
d) indique os nomes dos responsáveis, para, querendo, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas no art. 57, incisos II e VII, da Lei Complementar n.º 1/94, apresentarem suas razões de justificativa pelos reiterados descumprimentos das normas que dizem respeito à elaboração dos orçamentos anuais e determinações deste Tribunal (...) caracterizados pela ausência no PLOA/02 dos seguintes elementos: d.1) relatório com as informações dos projetos em andamento e das despesas de conservação do patrimônio público (art. 45 da Lei Complementar federal n.º 101/00 - LRF e art. 3º da LDO/02).

Decisão - TCDF nº 1781/2003

II - considerar não satisfatórios os seguintes elementos que acompanharam o PLOA/2002: (...) c) demonstrativo dos projetos em andamento (art. 3º, § 4º, da LDO), que não apresenta elementos que possam subsidiar a elaboração da respectiva lei orçamentária, carecendo de informações como: discriminação, por programa de trabalho, da previsão de dispêndio total e para o exercício; unidade encarregada da execução; metas físicas e financeiras inicialmente previstas e para o exercício e quantificação das etapas realizadas;



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	V	
	SEÇÃO	PÁGINA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	ÚNICA	4/5

Decisão - TCDF nº 4065/2003

II. determinar à Secretaria de Planejamento do Distrito Federal que: a) adote medidas no sentido de incentivar a participação popular durante os processos de elaboração dos planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos, no intuito de promover a transparência da gestão fiscal, em cumprimento ao parágrafo único do art. 48 da LRF; b) envie esforços no sentido de fazer constar, de forma precisa, a identificação e quantificação dos efeitos decorrentes de benefícios de natureza financeira e creditícia no cálculo da renúncia da receita, dos próximos projetos de lei orçamentária, indicando a legislação de que resultam tais efeitos; III. determinar à Secretaria de Fazenda do Distrito Federal que, no processo de elaboração das leis orçamentárias vindouras: a) observe o prazo estabelecido no § 3º do art. 12 da LRF, para encaminhamento aos órgãos do Poder Legislativo dos estudos e estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida e das respectivas memórias de cálculo; b) envie esforços no sentido de aperfeiçoar os mecanismos de apuração dos custos relacionados às metas que compõem os projetos, atividades ou operações especiais, presentes na Lei Orçamentária Anual, de forma a permitir avaliação criteriosa dos Programas de Governo;

Decisão - TCDF nº 3352/2004

III. esclarecer à Secretaria de Planejamento e Coordenação – Seplan: (...)que a ausência do Sistema de Avaliação de Custos, exigido pelo art. 50 da LRF, não impede que os mecanismos de apuração dos custos relacionados às metas que compõem os projetos, atividades e operações especiais constantes nas leis orçamentárias anuais e créditos adicionais sejam aperfeiçoados, de forma a evitar as repetidas inconsistências verificadas ao longo do tempo e a permitir avaliações mais criteriosas dos programas de Governo;

Decisão - TCDF nº 3603/2004

II. recomendar ao Poder Executivo e à Câmara Legislativa do DF que incentive a participação da população no processo de discussão e aprovação das próximas leis orçamentárias, por meio da ampla divulgação das respectivas Audiências Públicas, em benefício da transparência da gestão fiscal, a que se refere o parágrafo único do art. 48 da LRF;



MANUAL SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TÍTULO	MÓDULO	
	V	
	SEÇÃO	PÁGINA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	ÚNICA	5/5

Decisão - TCDF nº 4632/2005

II. determinar à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Parcerias - Seplan que (...): a) adote providências no intuito de corrigir, na Lei Orçamentária, o montante da Reserva de Contingência, destinando a esta rubrica parcela mínima de um por cento da receita corrente líquida, conforme disposição contida no art. 5º, inciso III, da LRF e no art. 35 da Lei nº 3.441/04 - LDO/2005; (...); III. determinar à Seplan que, para as Leis Orçamentárias vindouras: (...) d) aprimore o demonstrativo da metodologia de cálculo da estimativa de despesas com pessoal, encargos sociais, serviço da dívida, precatórios, PIS/PASEP e despesas para concessão de benefícios a servidores, de modo a proporcionar maior transparência à composição das referidas despesas; (...) V. recomendar à Seplan e à CLDF que aprimorem a sistemática de participação popular no processo de elaboração e discussão do orçamento, disposto no parágrafo único do art. 48 da LRF(...)